



UMA PEQUENA REFLEXÃO SOBRE: ANALFABETISMO, LUTAS E AVANÇOS

Joelma Rejane dos Santos Nascimento de Miranda ¹
Esmênia Soares Costa Barreto ²
Marcos dos Santos Nascimento ³

RESUMO

Este artigo vem refletir sobre os acontecimentos, lutas e avanços na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas décadas passadas. Principalmente, nos anos 40 e 50 no nosso país, época na qual o analfabetismo estava no topo e era considerado por muitos como gerador de pobreza e marginalismo, pois, os que não tinham instrução educacional eram considerados vagabundos pela sociedade e, esse indivíduo era impedido até mesmo de exercer seu direito de votar. Então, através de pesquisas, textos teóricos, alguns debates e discussões no curso de extensão, iremos discorrer sobre o que observamos e estudamos historicamente, quanto as campanhas de alfabetização promovidas pelo governo federal que surgiram no Brasil com propostas de redução dos elevados índices de analfabetismo que passaram a incomodar os diferentes níveis de governo, desde os anos 30, quando tiveram início os acelerados processos de industrialização e urbanização no país. Os elevados índices de reprovação, especialmente na zona rural, gerado muitas vezes pela situação financeira não favorável do aluno, a qual o fazia trabalhar desde a infância para ajudar no orçamento familiar. Assim, podemos concluir que a alfabetização da EJA, não nasceu da noite para o dia e sim que antes dela, existiu uma grande luta. Nos dias de hoje a alfabetização não visa somente à capacitação do aluno para o mercado de trabalho, mas que a escola desenvolva no aluno suas capacidades, novos saberes e demande um novo tipo de profissional, e que o educando obtenha uma formação indispensável para o exercício pleno da cidadania.

Palavras-chave: Analfabetismo, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Alfabetização.

INTRODUÇÃO

Através do curso de extensão Dialogando com Paulo Freire, oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba, ministrado pela Professora Doutora Elisabete do Vale, iniciamos os nossos estudos sobre esse grande nome na educação brasileira e também em outros países.

Diante do que discutimos em sala de aula e também nos debates entre professora/alunos, alunos/professora, textos teóricos, entre outros instrumentos educativos, iremos discorrer um pouco o que aconteceu nas décadas passadas e principalmente das seguintes

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba –UEPB, esmenia11@hotmail.com;

² Mestranda em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual da Paraíba - PPGECM/UEPB, joelmarejane.cg@gmail.com;

³ Mestrando em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual da Paraíba - PPGECM/UEPB, marcosantos22pc@hotmail.com



40/50 no nosso País, nessa época o analfabetismo estava no topo e era considerado por muitos como gerador de pobreza e marginalismo, já que os que não tinham instrução educacional eram considerados vagabundos pela sociedade do momento, esse indivíduo era impedido de até mesmo do direito de votar.

O analfabeto além de sofrer preconceitos tinha a sua renda menor que os demais, mas, com o fim do estado novo trouxeram aos países um processo de redemocratização e a necessidade de aumento da quantidade de eleitores. E como sempre o interesse está sempre presente em tudo, começaram as campanhas de educação no intuito de conseguirem alfabetizar esses indivíduos e só assim eles poderiam se beneficiar do seu voto. Assim, surgiu a EJA no contexto das décadas de 1940/50, as campanhas de educação de jovens e adultos propondo medidas práticas a ampliação dos serviços supletivos existentes.

Logo, essas campanhas ministeriais lançadas no final dos anos 40 e início dos anos 50 sobreviveram até 1963. O primeiro projeto lançado pelo o governo foi a Campanha de Educação de Adolescentes e Adulto (CEAA), aprovada em 15 de janeiro de 1947, ela se dirigia principalmente ao meio rural. Essa campanha previa sanar o analfabetismo do educando em três meses, ou seja, prometia um grande milagre porque além da rapidez prometida, oferecia a conclusão do curso primário num prazo bem menor que o convencional.

Imagine os senhores/senhoras que o aluno/aluna passa nove anos para terminar o ensino fundamental II e sai despreparados(as) para o ensino médio, como podem se qualificar no período de três meses? Assim, como já era o esperado, outra vez não conseguiam alcançar seus objetivos. Diziam os “grandes” que as campanhas eram realizadas em prol da educação de adolescentes e adultos analfabetos, propondo medidas práticas e urgentes à ampliação dos serviços de supletivos existentes. Como já era de se esperar, esse interesse repentino pelo futuro dos nossos jovens e adultos analfabetos, não era de fato interesse para eles, mas sim para benefício próprio.

Observamos que historicamente, as campanhas de alfabetização promovidas pelo governo federal surgiram no Brasil com propostas de redução dos elevados índices de analfabetismo que passaram a incomodar os diferentes níveis de governos, desde os anos 30, quando tiveram início os acelerados processos de industrialização e urbanização do país. Os elevados índices de reprovação, especialmente nas áreas rurais, problemas como a pobreza dos alunos, que necessitavam trabalhar desde a infância para ajudar no orçamento da renda familiar.



Assim, através dessas campanhas oficiais de alfabetização, as milhares de pessoas que não tiveram acesso ou condições de permanecer nos bancos escolares encontraram uma oportunidade de ter acesso ao aprendizado da leitura e escrita, isso trouxe novas expectativas de vida para esses indivíduos, castigados por sua situação de vida e pela forma de distribuição de renda injusta, onde muitos tem exageradamente e a outros é negado o direito de igualdade, de respeito e dignidade.

Infelizmente, tendo em vista a não eficácia de muitas ações em âmbito nacional, entende-se como um dos fatores causadores disso a insatisfatória administração pública vigente até então, juntamente a uma sociedade injusta e egoísta, desta forma, o sonho de um país alfabetizado foi para poucos, já que a quantidade de vagas ofertadas não foi capaz de cobrir a grande demanda, além também da baixa qualidade de ensino oferecida, já que os professores só bastavam saber ler e escrever, ou seja, não eram capacitados profissionalmente para o cargo de professor. A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), foi assim, criada no intuito de experiência, para integrar a educação elementar comum como também, a educação de adultos.

Diante do exposto, começaram a surgir os problemas ocasionados pelo elevado índice de professores sem formação para o magistério e, para amenizar essa questão, foi adotado o sistema de supervisão e difusão do ensino normal, surgindo assim a primeira grande campanha que veio com o intuito de suprir o total fracasso da campanha anterior. Mas, vejam o que aconteceu, os responsáveis pela ideia foram articulando estratégias para mobilizar os diversos setores da sociedade brasileira em prol da causa comum de acabar com o analfabetismo no Brasil e para isso, apresentava como fundamento político a formação de novos contingentes eleitorais, todavia, sua ação contribuiu para a diminuição dos índices de analfabetismo no país, mesmo com as críticas no que diz respeito à falta de profundidade no ensino oferecido, e não parando por aí, foram surgindo mais e mais campanhas que iremos mencionar ao discorrer do estudo.

Portanto, como já era esperado conseqüentemente surgiu a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) de 1952-1955. Essa campanha foi criada com a intenção de atender a população rural, mas para isso eles indicavam o princípio da organização social das comunidades, com objetivo de estimular ajuda a população da zona rural, na busca de solução de problemas locais, bem como a consolidação do trabalho no campo.



Entre 1955 e 1961, com a política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, as campanhas tradicionais de educação de adultos se apresentaram inadequadas à nova conjuntura, em função da pouca eficiência na formação de mão de obra para a indústria.

Assim, ressalta-se que as campanhas de alfabetização de adultos praticamente desapareceram nesse período. Desse modo, em 1958, o presidente Juscelino Kubitschek convocou um Congresso de Educação de Adultos, no entanto, o evento acabou por priorizar os debates acerca da educação primária (FREITAS, 2009), e logo as campanhas com intenção de “erradicar” o problema do analfabetismo não pararam por aí, em seguida surgiu o movimento brasileiro de alfabetização Mobral que previa atender um grande contingente da população num breve espaço de tempo, com abrangência em todo território nacional. O foco principal era eliminar gradativamente o analfabetismo de adultos (15 a 35 anos). Esse programa desenvolveu atividades de alfabetização junto a grupos urbanos como também em agrupamentos rurais, tentando repassar todo um leque de ideias que sustentavam o projeto político do governo militar.

DESENVOLVIMENTO

Então, como visto, o governo não pensava de fato no povo e sim nos seus próprios interesses, e através dessa campanha o governo iria se beneficiar de forma grandiosa com a aceleração na produção e avanços políticos, ou seja, eles queriam preparar os homens do campo tidos como inocentes, coitadinhos e fáceis de serem manipulados pela grande massa capitalista, com a ludibriosa conversa que para serem pessoas civilizadas precisavam obedecer-los, mas isso era puro engano, eles queriam na verdade preparar o homem do campo para industrialização que estava em auge naquele momento.

E assim, mais campanhas surgiram na esperança de deixar a população alfabetizada e preparada a indústria na década de 40, possibilitando grandes transformações na educação e por consequência na EJA e Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Nessa fase da história, a educação é considerada como fator de segurança nacional tendo em vista o alto índice de analfabetismo com aproximadamente 50% da população em 1945, o Regulamento de Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), por Anísio Teixeira, a Industrialização da educação, Criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira (INEP), a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAN), o Primeiro congresso Nacional de Educação de Adultos em 1947, o Seminário



Internacional de Educação foram nesse período uma verdadeira revolução nos sistemas de ensino.

Para entendermos melhor porque surgiram tantas campanhas, segue a definição de analfabetismo segundo definição da UNESCO, “uma pessoa funcionalmente analfabeta é aquela que não pode participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permitem, também, continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo a serviço do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade”. Infelizmente muitos consideram uma pessoa analfabeta como um livro em branco, ou seja, nada tem.

Há tempos, a educação é considerada um dos maiores privilégios dos quais o ser humano pode gozar. Observamos que os países em desenvolvimento enfrentam vários problemas mas, um dos maiores é o analfabetismo, sendo necessário enfatizar que não saber ler não pode ser confundido com ignorância, já que muitos indivíduos têm leitura de mundo e por vezes bem aguçada sendo capazes de exercer várias funções.

A luta para reduzir o analfabetismo é antiga e sua supressão ainda não tem sido possível. Então, entende-se por analfabetismo funcional a incapacidade que algumas pessoas têm de entender (compreender) o texto que acabaram de ler, ou seja, mesmo que se saiba ler e escrever apresentam incapacidade para interpretar o texto que lhes foi dado para ser interpretado.

Atualmente pode-se afirmar que, a sociedade está experimentando uma nova forma de analfabetismo, o chamado de analfabetismo digital no mundo robotizado ao qual estamos inseridos, onde a tecnologia está presente em todos os locais, seja no trabalho, em casa, na rua, etc.

Então, historicamente ao meio de tantas campanhas fracassadas e cheia de interesses próprios dos poderosos da época, surgiu a grande influência de Paulo Freire para os estudos e aprendizagem no nosso país, assim, nas suas expectativas os analfabetos deveriam ser reconhecidos como seres humanos produtivos, que possuem uma cultura e o papel do educador deve ser profundo nas suas concepções. Grande parte das pesquisas apontam que os anos 50 foram marcados pelo inesquecível Paulo Freire, que vinha a ensinar e passar seus conteúdos, daí podemos então dizer que existia igualdade entre crianças e adultos, seus métodos de ensino valorizavam de fato o homem trabalhador e de baixa renda.

Para o educador Paulo Freire o seu modo de alfabetizar se deu através dos círculos populares de cultura, proporcionando a sistematização de um ideário e de experiências que



conhecemos nos dias atuais por educação popular. Assim, surgiu na década de 60 movimentos populares de todas as ordens que tinham como relevância a valorização do diálogo e a interação como fundamentos necessários para garantir a libertação do educando e o direito a educação básica, ou seja, o respeito e assim a igualdade de fato começou a existir entre as camadas pobres do nosso país.

Para Freire, a educação era vista em duplo plano instrumental, capaz de preparar técnicas e cientificamente a população para o mercado de trabalho, e que atendesse as necessidades concretas da sociedade, para isto elaborou uma proposta conscientizadora de alfabetização de adultos, cujo princípio básico era a leitura do mundo e as experiências do educando, desta forma sua proposta de alfabetização partia da realidade de vida do aluno para o aprendizado da técnica de ler e escrever.

Desta forma, o método Paulo Freire chamava atenção dos educadores e políticos da época, pois acelerava o processo de alfabetização de adultos e tinha como ponto fundamental as palavras geradoras, sendo assim, podemos dizer que seu método consiste em três momentos/entrelaçados: O primeiro momento é a investigação temática, pela qual o professor e aluno buscam no universo vocabular do educando e da sociedade onde vive as palavras e temas centrais de sua biografia. Esta é a etapa da descoberta do universo vocabular, em que são levantadas palavras e temas geradores relacionados com a vida cotidiana dos alfabetizando e do grupo social a que eles pertencem.

Logo, palavras geradoras eram selecionadas em função da riqueza silábica, do valor fonético e principalmente em função do significado social, trazendo a cultura do aluno para dentro da sala de aula. O segundo momento seria a tematização, pela qual professor e aluno codificam e decodificam esses temas, buscando seu significado social, tomando assim consciência do mundo vivido e é nesta fase que são elaboradas as fichas para a decomposição das famílias fonéticas para a leitura e a escrita. No terceiro, a problematização, na qual eles buscam superar uma primeira visão mágica por uma visão crítica, partindo para a transformação do contexto vivido, nesta ida e vinda do concreto para o abstrato e do abstrato para o concreto, volta-se ao concreto problematizando, descobrindo limites e possibilidades existenciais captadas na primeira etapa.

A realidade opressiva é experimentada como um processo passível de superação, a educação para a libertação deve desembocar na práxis transformadora (FREIRE, 1979, p.72).

Freire elaborou uma forma de educação interdisciplinar, com o grande objetivo da libertação dos oprimidos, ou seja, a humanização do mundo por meio da ação cultural



libertadora, evitando a lógica mecanicista que considera a consciência como criadora da realidade, e o mecanismo objetivista, que considera a consciência como cópia da realidade. De acordo com Pinto (2003), no que se refere à alfabetização de jovens e adultos, priorizando o conceito crítico de educação como diálogo entre alfabetizadores e alfabetizados, num dos encontros de consciências, o autor enfatiza que: O educador deve ser o portador da consciência mais avançada de seu meio, necessita possuir antes de tudo a noção crítica de seu papel, isto é, refletir sobre o significado de sua missão profissional, sobre as circunstâncias que a determinam e a influenciam, e sobre as finalidades de sua ação (PINTO, 2003, p.48).

No entanto, entendemos que se torna indispensável o caráter de encontros de consciências no ato de aprendizagem, visto que a educação é a transmissão de uma consciência à outra, de algum aprendizado que já possui a outra que ainda não tem. Pinto (2003), ressalta que a educação é também fator de ordem consciente determinada pela consciência social e objetiva do sujeito de si e do mundo.

A alienação educacional como uma característica da atividade pedagógica, alerta para a necessidade imprescindível de que o educador se converta a sua realidade, sendo antes de tudo o seu próprio povo, passando da consciência ingênua a crítica, compreendendo a educação como prática social, intransferível de uma sociedade a outra, servindo aos objetivos e interesses das lutas pelo desenvolvimento e transformação do indivíduo.

Assim podemos observar que a alienação continua até nos dias atuais, o educador não tem autonomia para alfabetizar a maneira que ache melhor, ou mesmo, que o seu aluno consiga entender os conteúdos, já que eles precisam obedecer uma hierarquia. O alfabetizando adulto é visto como detentor de um saber, no sentido do conceito de cultura e sujeito da educação, nunca objeto dela, já que essa se concretiza em um diálogo amistoso entre os sujeitos educadores – educandos. Logo, o conhecimento é visto como produto da existência real, objetivo, concreto e material, do homem e de seu mundo.

Freire (1996), propunha uma educação molhada de afetividade, mas não deixando que a afetividade interferisse no cumprimento ético e no dever de professor e na sua autoridade, uma relação pedagógica cultural que não se trata apenas de conceber a educação como transmissão de conteúdos curriculares por parte do educador, tendo como necessidade a participação do educando, levando em conta a sua autonomia e sim estabelecendo uma prática dialógica na escola. Também ressalta a importância da dimensão cultural no processo de transformação, pois a educação é mais do que uma instrução, para ser transformadora deve enraizar-se na cultura dos povos. Nesse sentido, a transmissão de conteúdos estruturados fora



do contexto do alfabetizando é considerada invasão cultural, porque não emerge saber popular.

No pensamento de Freire o aluno não é um depósito que deve ser preenchido pelo professor, cada um, juntos podem aprender e descobrir novas dimensões e possibilidades na realidade da vida, pois, o educador é somente o mediador no processo de ensino-aprendizagem e aprende junto com seu aluno. A educação é vista por Freire como pedagogia libertadora capaz de torná-la mais humana e transformadora para que homens e mulheres compreendam que são sujeitos da própria história. A liberdade torna-se o centro de sua concepção educativa e esta proposta é explícita desde suas primeiras obras, é também um comprometimento de transformação social com os educandos.

Seguindo esta perspectiva Freire criticou a chamada educação bancária que considerava o analfabeto ignorante, como uma lata vazia onde o professor deveria depositar o conhecimento. Ele defendia uma ação educativa que não negasse sua cultura, mas que fosse transformada por meio do diálogo.

De acordo com Carvalho (2010), as lições encontradas nas cartilhas são uma série de frases isoladas, colocada uma embaixo da outra com o propósito de exercitar o alfabetizando e treiná-lo na aprendizagem de palavras com letras v, m, l e b. Como uma dessas frases: A vovó é da menina, a menina leva doce para vovó, o boi baba, entre outras.

Freire questiona o uso das cartilhas, chamando a atenção para a importância de se ensinar os alunos coisas que sejam desconhecidos por eles. Para Freire, o educador deve priorizar o conhecimento de mundo trazido pelo aluno, para relacionar o que ele conhece com a aprendizagem na sala de aula. O aluno se encontra em meio à aprendizagem deixando de lado aquelas frases sem sentido e sem motivação.

Logo, Carvalho (2010), nos orienta que no processo de alfabetização de crianças de seis anos, o tema e os significados dos textos devem ser decisivos, pois nesta fase elas se encontram cheias de curiosidades e disposição para aprender, desse modo podemos escolher histórias, poemas, trava-línguas, canções de roda.

Em se tratando do adulto, Carvalho (2010) sugere conversar sobre a vida deles, o que fazem fora da escola, se trabalham, do que gostam etc. No caso, talvez uma notícia de futebol, uma letra de *rap* ou de uma canção, uma piada, um anúncio ou bilhete, que sejam atraentes, até porque a maioria passou por muitas experiências frustrantes e já conhecem os nomes das letras. Observamos que assim o aluno tem vez e que o educador tem respeito por ele e por sua cultura, infelizmente não é visto esse exemplo em todas as escolas. Para um adulto esse



estudo fica mais aflitivo, já que muitos deles sentem sempre a sensação de começar do zero, para isso o autor sugere que o educador leve para a sala bons textos e conteúdos diferentes, que possam ser usados na vida social desse indivíduo, que seja uma novidade para eles.

Essas reflexões nos levam a refletir e a buscar novas metodologias, adequadas à realidade do educando, não seguindo a padronização da cartilha que reduz o aprendizado a símbolos pré-determinados e que não conduzem com o contexto, mas sim de priorizar o conhecimento trazido pelo o educando na sua bagagem de vida. Quando Carvalho (2010) enfatiza trabalhar com textos, seja qual for o tipo de turma, textos orais produzidos pelos alfabetizando e escritos pelo alfabetizador, este pode servir como ponto de partida para o trabalho de alfabetização. Porém, enfatiza também que devem ser adaptados para atenderem as normas da língua escrita, ou seja, não pode ser de qualquer jeito.

Assim o autor sugere que o professor tenha autonomia e se encarregue das modificações que julgar necessárias, explicando para os alfabetizando o que foi mudado e por que ocorreu esta mudança. Logo, cabe ao educador mediar à aprendizagem sempre priorizando a bagagem de conhecimentos trazida pelo aluno, transpondo esse conhecimento prévio para o conhecimento letrado. Portanto, para essa adequação se tornar viável, não basta somente revermos o material didático, é preciso não só o educador repense o seu papel enquanto mediador de uma aprendizagem, mas que priorize a bagagem de conhecimento trazido por seus alunos, mas também a flexibilidade das instituições em permitir a realização de um bom trabalho diferenciado.

Num período de leituras e pesquisas foi possível a confirmação de que Jovens e Adultos necessitam de um ensino de qualidade o qual proporcione a liberdade de expressão de suas experiências de vida a fim de transformá-las num conhecimento científico, respeitando e considerando todo conhecimento prévio que tenham. Nessa perspectiva, fica claro que a alfabetização não é um processo simples de ensinar a leitura e a escrita.

Assim, diante de tudo que observamos ao longo desse trabalho vimos que, o problema do analfabetismo no mundo continua sendo um dos grandes temas prioritários a se solucionar desde que se realizou a Conferência Mundial da Educação para Todos, ocorrida em 1990, em Jomtiem, Tailândia. Esta conferência foi assistida por representantes do mundo todo e chegou-se à conclusão de que a alfabetização é um dos fatores chave para resolver um dos problemas mais urgentes da sociedade, e que a realização plena do ser humano só se dá através da educação e, promovê-la é fundamental para o desenvolvimento das nações. Assim sendo, a educação é uma ferramenta extremamente útil para combater a pobreza e a



desigualdade, além de elevar os níveis de saúde e bem estar social, criando as bases para um desenvolvimento econômico sustentável e a manutenção de uma democracia duradoura. Por este motivo a educação foi incluída na lista dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, que fixou para o ano de 2015 a data limite para alcançar 100% de educação primária para todas as crianças do planeta.

Assim, entendemos que a sociedade considerava que uma pessoa analfabeta é ou era incapaz, e por vezes é tratada como não se fosse igual aos demais cidadãos alfabetizados. Não entendem que todos nós somos analfabetos em algum ou vários aspectos, precisamos respeitar o próximo e a sua condição de vida, as pessoas analfabetas são dotadas de outros saberes, assim se faz necessário o respeito as diferenças, pense nisso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim concluímos que a alfabetização da EJA, não nasceu da noite para o dia e sim que antes dela, existiu uma grande luta e interesses próprios em busca de vantagens, e para que essa modalidade tivesse de fato validade foram preciso muitas e muitas campanhas de aprendizagem, muitos se envolveram nessa luta. Entendemos que foi um processo de ensino, de leitura e escrita muito longo e que deve ser acompanhada do processo de conhecimento e construção de práticas sociais importantes com o objetivo de oportunizar a conclusão da educação básica, proporcionando aos alunos novas chances de inserção no mercado de trabalho e aperfeiçoamento para que possam acompanhar o ritmo acelerado das novas descobertas e assimilar os novos processos de produção. Portanto, entendemos que um dos vários problemas que a EJA enfrenta é porque muitos governantes e pessoas em geral consideram a EJA como um tampa buraco ou faz de conta, mas podemos comprovar que isso é um tremendo engano.

Então, observamos que, enquanto as pessoas não se unirem por políticas públicas de qualidade e na busca por oportunidades igualitárias vai continuar tudo da mesma forma. As propostas estudadas neste trabalho apontam em comum por todos os autores que a alfabetização da EJA se dá a partir do momento em que se busca ultrapassar as limitações dos métodos baseados na silabação, respeitando e considerando o conhecimento de vida dos alunos.

REFERÊNCIAS



CARVALHO, de Marlene. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre teoria e prática**, 7º ed. Petrópolis, R.J: Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 21.ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**/ São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção leitura).

PINTO, Álvaro Vieira: **Sete lições sobre a educação de adultos**. 13 edição. São Paulo. Cortez, 2003

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE – SECAD. Departamento de Educação de Jovens e Adultos. **Avaliação e Planejamento**. Brasília, DF: MEC, 2006. (Coleção Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, Caderno Temático nº 4).

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. 1990. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Acesso em: 15 de nov. de 2020.